



Apostar na família, construir o futuro.

“A Família é a unidade fundamental da sociedade e tem a principal responsabilidade pela protecção, crescimento e desenvolvimento das crianças.” ONU - “Um mundo para as crianças é um mundo para a Família.” UNICEF



Uma visita ao Refúgio Aboim Ascensão

ÍNDICE

• Editorial.....	2	• PS Leiria debate Natalidade.....	6
• Chegam os filhos vão-se os anéis.....	2	• Conselho Consultivo - 2ª Reunião Plenária.....	6
• APFN agradece a Tavira.....	3	• Encontro/Debate - O Desafio da Habitação.....	7
• Refúgio Aboim Ascensão recebe famílias numerosas....	3	• Sêntese Conclusiva do Encontro Debate.....	7
• Apoio das Autarquias às Famílias.....	4	• Prémios Bebê e Bodas APFN.....	8
• Famílias Numerosas em Estrasburgo.....	5	• Uma manhã na Dotylandia.....	8
• Alemanha - Campanha de incentivo à paternidade.....	6		

EDITORIAL

Ano novo, vida nova!

Infelizmente, e ao contrário do habitual, este início de ano não é motivo de festejos para a maioria das famílias.

O crescente aumento do custo de vida, reduzido crescimento ou congelamento de salários, brutal aumento dos encargos com a habitação assim como continuação do elevado nível de desemprego, faz aumentar para níveis quase ou mesmo insuportáveis a pressão sobre grande parte das famílias portuguesas.

Essa pressão aumenta ainda mais nas famílias com filhos, tanto mais quanto maior o seu número, uma vez que, como toda a gente sabe, mas o Governo ignora, os encargos com os filhos aumentam com a sua idade. Bom seria se, de facto, a realidade fosse como o Governo pensa, isto é, se os maiores encargos fossem enquanto as crianças têm menos e três anos... Mas, infelizmente, a realidade é, sempre foi e será totalmente insensível ao que o Governo decreta ou venha a decretar...

A propósito disto, a APFN já requereu ao Ministro do Trabalho os estudos que ele afirma que existem e em que o Governo se baseou para aumentar o abono de família e as deduções por filho para apenas até aos três anos de idade. A APFN aguarda que estes estudos lhe sejam entregues a fim de os publicar: há-de ser, com certeza, motivo para os portugueses se rirem de tamanha ignorância gerada por qualquer douta criatura!

É incompreensível que, tendo o Governo criado o Conselho Consultivo das Famílias, ter convidado para esse Conselho quem muito bem entendeu e, portanto, esse Conselho ser constituído pelas entidades que o Governo considera ser as mais capazes no país no que diz respeito a política de família, não pedir a opinião deste Conselho sobre medidas que pense vir a tomar neste domínio!

Custa muito pedir a opinião a quem acha que é o mais competente?

Ainda por cima, não é necessário fazer-se qualquer reunião para isso. Bastaria, de forma "simplex", enviar email com as propostas dando um prazo curto para se responder. Os disparates têm sido tão grandes que quaisquer 15 minutos seriam suficientes para se dar uma resposta...

Será que o Governo prefere fazer disparates, saídos da cabeça de qualquer um das dezenas de assessores que orbitam em torno do Governo, e, assim, de forma desnecessária, cair no ridículo? E, pior, desta forma desbaratar os escassos recursos nacionais em simples manobras de propaganda e diversão política, mas sem qualquer resultado prático?

Perante este cenário, a APFN continua na sua luta e trabalho, conseguindo cada vez mais adesões por parte de empresas e autarquias, enquanto aguarda que o Governo abra os olhos e comece, de vez, a levar este assunto com seriedade, em vez de criar medidas desgarradas e contraditórias, revelando alguma desorientação, embora, verdade seja dita, preocupação (ao contrário de todos os governos dos últimos trinta anos).

Por isso, a APFN tem esperança de que, em breve, a mensagem que temos vindo a lançar seja apreendida pelo Governo, de modo que o indispensável combate ao crescente Inverno demográfico passe a ser eficaz.

Mesmo que não seja em breve, não temos quaisquer dúvidas que isso virá a acontecer, com este Governo ou por quem vier a seguir!

É essa a nossa esperança! É esse o nosso contínuo objectivo!

Os Governos mudam no máximo de quatro em quatro anos. Nós, não!

O Presidente, Fernando Ribeiro e Castro

Estou a meio filho de me poder inscrever na Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (o terceiro vem a caminho), e desde que um estudo espanhol concluiu que criar um filho até aos 18 anos pode chegar a custar 310 mil euros, olho para a minha prole como se fosse um conjunto de casinhas do Monopólio. A Carolina, que foi a primeira, podia ser um apartamento ali para os lados da Graça, com vista para o rio. O Tomás, que já calça alguns sapatos da irmã, uma casinha de férias no Algarve. O Guilherme, que ainda está a banhos na barriga da minha mulher, uma quinta jeitosa no Alentejo. Ah, meu Deus, troquei uma vida dedicada à aquisição de imobiliário por fraldas malcheirosas e noites em branco. Mas o pior de tudo não é isso. O pior é esta sensação que, além de ter filhos, também tenho de pagar impostos por eles. É que nós somos o país da Europa que menos cuida das crianças e das grávidas. Os meus filhos não são casas, mas o Estado trata-me como se eles tivessem de pagar IMI.

Até podia fazer sentido, se por acaso fôssemos um daqueles países em que saímos da porta e tropeçamos em criancinhas. Mas não somos. Actualmente, em Portugal, nascem em média 1,4 filhos por família, o que torna impossível a renovação das gerações. Se continuarmos por este caminho seremos 7,5 milhões em 2050, e se não fossem as vagas de imigrantes o problema seria ainda mais grave. E o que têm feito os sucessivos governos para enfrentar esta situação? Ehhh... Nada. Nadinha de nada. Ah, é verdade, parece que o engenheiro Sócrates apresentou para aí um plano de apoio à família e à natalidade. Deixem-me só ir ali ao lado rir um bocadinho e já cá volto. Dar umas migalhas no abono de família a famílias que vivem miseravelmente é o essencial desse grande plano, que deixa de fora toda a classe média e os apoios que realmente contam: uma baixa significativa do IRS para famílias numerosas (a diferença entre ter três filhos ou nenhum é de um por cento – uau! – no meu escalão de IRS), permitir uma dedução séria nas despesas de educação tendo em conta a vergonhosa inexistência de uma rede de infantários públicos, apoiar as grávidas no seu trabalho e expandir a sua licença de maternidade, tratando-as como merecem. Apenas um exemplo pessoal: enquanto médica, a minha mulher é obrigada a fazer bancos no seu hospital até aos sete meses de gravidez, nos quais chega a trabalhar 35 horas consecutivas e a esmagar dois ou três doentes com a barriga. É esta a atenção que o Estado dedica à natalidade? Boa piada.

A verdade é que, à boa maneira portuguesa, nunca foram realmente tomadas medidas que apoiem quem quer ter filhos. Comparada com qualquer país civilizado, a situação em Portugal no que respeita às políticas de natalidade é de terceiro mundo. Quem opta por ter filhos não deve ser tratado melhor do que quem escolhe não os ter – mas convinha pelo menos não ser *prejudicado* por isso. Uma coisa é optar pelo Guilherme em vez de comprar uma quinta no Alentejo. Outra coisa é ser obrigado a vender uma quinta no Alentejo para conseguir criar o Guilherme.

João Miguel Tavares, Jornalista

APFN AGRADECE A TAVIRA

No passado dia 7 de Dezembro uma Delegação da APFN no Algarve, deslocou-se à Câmara Municipal de Tavira para agradecer a este Município, na figura do seu Presidente, a iniciativa da criação do Cartão Municipal de Família Numerosa e solicitar a sua intervenção junto dos seus congéneres no seio da AMAL no sentido de divulgar esta boa prática que a APFN gostaria de ver alargada a todos os municípios da

Região.

A Este cartão cria várias facilidades para as famílias com três ou mais filhos residentes neste concelho, à semelhança do já existente nos municípios de Vila Real e Coimbra.

A Câmara Municipal de Tavira mostra, assim, que o combate ao crescente défice demográfico é um combate a ser travado por todos, e só se consegue apostando, seriamente, no apoio às famílias numerosas, que são a chave do futuro.

A APFN espera que este exemplo seja seguido pelas restantes autarquias do País e que o Governo perceba a mensagem, adoptando uma política séria de apoio às famílias com filhos, tanto maior quanto maior o seu número.

Ana Paula Cruz



Agradecimento da implementação do
Cartão de Família Numerosa ao Município de Tavira

No passado dia 24 de Novembro do ano que terminou, o Refúgio Aboim Ascensão recebeu as famílias numerosas do Algarve e a direcção da APFN num almoço convívio seguido de uma visita à instituição.

Foi com extremo agrado que o convite do Dr. Luis Villas Boas foi aceite. Foi deveras interessante ver como esta grande e especial família numerosa se organiza e consegue manter um clima de amor e ternura por cada um dos seus membros.

Leva por exemplo a pensar que realmente o governo deveria estar mais preocupado em criar boas e eficazes leis de adopção em vez de promover o aborto. Em vez de se tentar dar mais felicidade a crianças necessitadas de acolhimento, cria-se mais infelicidade não só por não se resolver a que já existe como criando ainda mais nas jovens mães que abortam e nas crianças não nascidas.

Para terminar a excelente tarde já em época natalícia, as crianças das famílias numerosas e as crianças do Refúgio Aboim Ascensão montaram juntas uma árvore de Natal giríssima feita com enormes bolas de papel pintadas por elas.

Rita Parreira Oliveira, APFN

REFÚGIO ABOIM ASCENSÃO RECEBE FAMÍLIAS NUMEROSAS



Enfeite da Árvore de Natal



Luís Villas-Boas e Fernando Castro

APOIO DAS AUTARQUIAS ÀS FAMÍLIAS

A APFN realizou, no passado mês de Setembro um inquérito dirigido a todas as autarquias do país, no âmbito das medidas de apoio à família.

Este inquérito teve como principais objectivos, conhecer as medidas que já tenham sido implementadas pelas autarquias e efectuar a divulgação das boas práticas existentes.

As autarquias foram questionadas sobre três vertentes essenciais:

A. Apoios concedidos pelas Autarquias às Famílias Municipais

Neste ponto foram perguntados directamente às autarquias, a existência ou não, de algumas medidas concretas e é deixado em aberto um item para preenchimento de outras eventualmente existentes que não constem do inquérito.

Os dois pontos de partida para a escolha das perguntas realizadas foram:

- Medidas publicamente conhecidas por já terem sido implementadas em algumas autarquias;
- Medidas que foram identificadas pelas famílias como importantes e que dependem da iniciativa autárquica.

B. Apoios concedidos pelas Autarquias enquanto Empregadoras aos seus Funcionários Autárquicos

A Conciliação entre a vida profissional e familiar é um fundamento essencial para o desenvolvimento sustentável, no seu carácter económico, social e demográfico. As mudanças ocorridas nas últimas décadas, quer no trabalho quer na vida das famílias colocam múltiplos desafios ao quotidiano da maioria das famílias trabalhadoras.

As autarquias como empregadoras também deverão inserir-se nesta dinâmica de readaptação da conciliação entre o trabalho e a família, contribuindo duplamente para um maior bem estar e capacidade familiar e por consequência maior produtividade no trabalho dos seus funcionários.

Não existindo referências a medidas autárquicas nesta área, julgou-se importante, em pergunta aberta, questionar todas as autarquias sobre se criaram algumas medidas neste âmbito.

C. Tarifa Familiar da Água

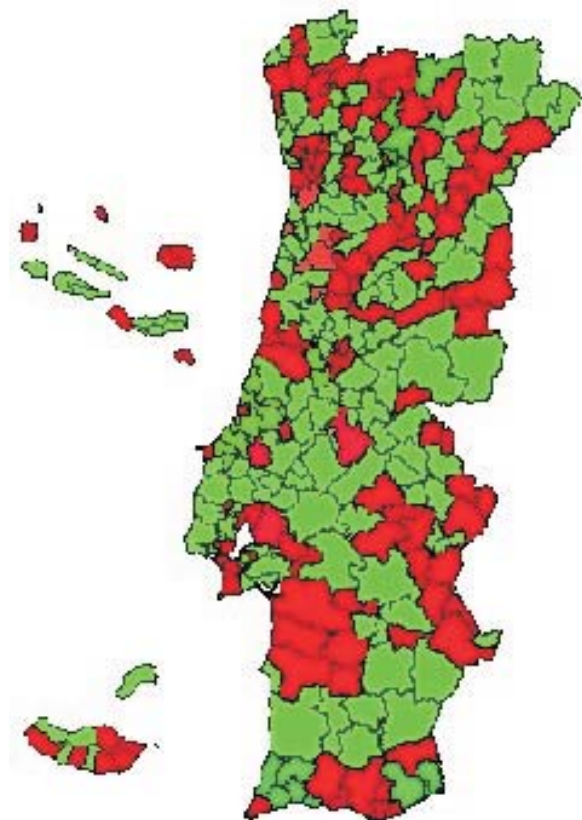
Como todos sabemos, os tarifários da água estão construídos para, efectuada uma análise dos consumos de uma habitação, penalizar os consumos excessivos através de um aumento progressivo por escalões à medida que o consumo global da casa aumenta. Por não se entrar em linha de conta com o tamanho da família que habita a casa, sendo apenas avaliado o consumo total, ao invés de ser avaliado o consumo per capita, as famílias mais numerosas são largamente penalizadas, pagando por vezes o dobro ou triplo do preço da água.

A APFN, que sempre chamou a atenção para o problema, tinha sugerido a criação de tarifários familiares. Várias autarquias, embora adoptando modelos diferentes, tinham criado estes tarifários, dos quais temos efectuado uma ampla divulgação. Através deste inquérito será possível conhecer melhor todos os tarifários criados e a forma e alcance de que eles se revestem.

Responderam a este inquérito até ao momento 179 municípios conforme o mapa anexo. Encontram-se a verde as autarquias que responderam ao Inquérito e a Encarnado as que não responderam.

O tratamento das respostas está já efectuado, bem como o relatório preliminar, do qual será agora dado conhecimento às autarquias. Brevemente contamos efectuar a publicação dos resultados no nosso site.

Se a autarquia a que pertence ainda não respondeu e quiser efectuar uma diligência junto dela, ficamos-lhe muito gratos.



Autarquias que responderam ao Inquérito:

Aguiar da Beira, Albergaria-a-Velha, Alcobaca, Alcochete, Alenquer, Alfândega da Fé, Aljezur, Almeirim, Almodôvar, Alpiarça, Alter do Chão, Alvaiázere, Alvito, Amarante, Anadia, Ansião, Arcos de Valdevez, Armamar, Arouca, Arruda dos Vinhos, Aveiro, Azambuja, Baião, Barcelos, Barrancos, Barreiro, Batalha, Beja, Bombarral, Borba, Boticas, Bragança, Cadaval, Caldas da Rainha, Calheta – Açores, Câmara de Lobos, Caminha, Cantanhede, Carraceda de Ansiães, Carregal do Sal, Cartaxo, Cascais, Castelo Branco, Castelo de Paiva, Castro Daire, Castro Marim, Castro Verde, Celorico da Beira, Celorico de Basto, Chamusca, Chaves, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Constância, Coruche, Crato, Cuba, Entroncamento, Estarreja, Évora, Ferreira do Zêzere, Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta, Fronteira, Fundão, Gavião, Góis, Golegã, Guarda, Guimarães, Horta, Idanha-a-Nova, Ílhavo, Lages do Pico, Lagoa – Açores, Lagoa – Algarve, Lagos, Lamego, Leiria, Loures, Lourinhã, Lousã, Lousada, Mação, Macedo de Cavaleiros, Madalena, Mafra, Mangualde, Manteigas, Marinha Grande, Matosinhos, Melgaço, Mértola, Miranda do Corvo, Miranda do Douro, Mirandela, Moimenta da Beira, Moita, Monção, Monchique, Monforte, Montemor-o-Novo, Montemor-o-Velho, Mora, Murça, Nelas, Nisa, Nordeste, Óbidos, Odemira, Odivelas, Oeiras, Oleiros, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Hospital, Ourém, Ourique, Ovar, Paços de Ferreira, Palmela, Pampilhosa da Serra, Penafiel, Penedono, Penela, Peso da Régua, Pinhel, Ponta Delgada, Ponta do Sol, Ponte de Sôr, Portalegre, Portel, Portimão, Porto, Porto de Mós, Porto Moniz, Porto Santo, Póvoa de Lanhoso, Póvoa de Varzim, Povoação, Proença-a-Nova, Resende, Ribeira de Pena, Ribeira Grande, Salvaterra de Magos, Santa Marta de Penaguião, Santarém, São João da Madeira, São João da Pesqueira, São Pedro do Sul, São Roque do Pico, São Vicente, Sardoal, Seia, Serpa, Sertão, Sines, Sintra, Tábua, Tavira, Tomar, Torres Novas, Torres Vedras, Vagos, Vale de Cambra, Velas, Vieira do Minho, Vila de Rei, Vila do Conde, Vila Franca do Campo, Vila Nova de Cerveira, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Poiares, Vila Real, Vila Real de Santo António, Vila Viçosa, Vimioso, Vinhais, Vizela, Vouzela.

FAMÍLIAS NUMEROSAS EM ESTRASBURGO

representantes da sociedade civil.



Na manhã do mesmo dia, a direcção da ELFAC foi recebida pelo Comissário Europeu Spidla, responsável pelos Assuntos Sociais.

Nessa sessão, Fernando Castro, presidente da ELFAC, apresentou um trabalho, de que se salientam os seguintes pontos:

1 - A Europa encontra-se perante um grande desafio demográfico, na generalidade aceite como resultante de:

- Aumento da esperança de vida;
- Enorme queda na taxa de natalidade, devido a:

o Crescente participação das mulheres na vida profissional e responsabilidades públicas.

Mas, também,

o Parentalidade e responsabilidades familiares não são vistas como "trabalho", com excepção das "famílias de acolhimento";

o As políticas são fundamentadas no que a maioria das pessoas (nomeadamente mulheres) pensam e em "médias", nomeadamente a taxa média de natalidade na Europa.

2 - No entanto, uma análise mais detalhada mostra que:

·O número médio de filhos desejados na EU15, por parte das mulheres entre os 24 e 35 anos, é 2.1, bem acima dos actuais 1.5, e, também, exactamente igual aos necessários 2.1;

O número de mulheres que desejam ter três ou mais filhos é bem superior às que desejam ter apenas um ou nenhum;

A grande maioria deseja ter dois ou menos;

A média de 2.1 é obtida porque existe uma minoria (25%) que deseja ter três ou mais, ie, se esta minoria de mulheres for livre de ter os filhos que desejam, o desafio demográfico será vencido. O oposto também é verdadeiro.

Como é evidente, para que estas mulheres sejam livres de terem os filhos que desejam, e de que a UE necessita e deseja, é necessário que sejam escutadas, em vez de se escutar apenas a maioria das mulheres que desejam ter dois ou menos filhos.

3 - Olhando para a taxa de natalidade nos países europeus,

Não existe um único país europeu em que a taxa de natalidade seja igual à desejada, o que significa que não são dadas oportunidades suficientes às mulheres que desejam ter filhos

Existem enormes diferenças neste domínio de país para país,

No passado dia 12 de Dezembro, realizou-se em Estrasburgo uma sessão especial do Intergupo da Família e Protecção da Criança do Parlamento Europeu, a propósito do Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades e sob o tema "A situação das famílias numerosas", com intervenções da Comissão Europeia, da ELFAC - European Large Families Confederation, investigadores e

revelando que as oportunidades para se ter filhos variam bastante de país para país dentro da mesma comunidade europeia;

A percentagem do necessário aumento de taxa de natalidade varia desde apenas 5% em França para mais de 50% em mais de metade dos países europeus;

Seis dos países europeus (entre os quais Portugal) não estão a prestar nenhuma atenção à dramática baixa taxa de natalidade, uma vez que o índice sintético de natalidade é inferior a 1.4 e continua a cair. Isto não quer dizer que não estejam a fazer nada, mas, apenas que, se tomaram algumas medidas, são ineficazes, provavelmente por estarem a ser promovidas pela maioria que quer ter dois filhos, um ou nenhum.

4 - Pontos importantes no que diz respeito à falta de igualdade de oportunidades às famílias numerosas na Europa:

As mulheres não são livres de terem os filhos que desejam, em particular as que querem ter três ou mais;

A oportunidade de terem os filhos que desejam varia de país para país na UE;

A dramaticamente baixa taxa de natalidade irá ter um grande impacto negativo na economia europeia e, conseqüentemente, no bem-estar dos europeus;

O facto de uma minoria de mulheres não ter o direito de ter os filhos que desejam é um problema, não apenas para as poucas famílias numerosas, mas, também, para toda a população e sociedade europeias.

5 - Questões que afectam as famílias europeias (sobretudo as que têm três ou mais filhos):

Vários produtos de primeira necessidade para as crianças não são taxados com IVA reduzido. Mesmo produtos de uso obrigatório, como é o caso das cadeirinhas para o automóvel, pagam IVA a taxa normal.

A parentalidade não é vista como "trabalho" e esse tempo não é considerado para o cálculo da pensão da reforma, em oposição ao que acontece com as "famílias de acolhimento";

As deduções fiscais por descendentes são ridículas em vários países, como é o caso português;

Em alguns países europeus, os abonos de família sofrem uma grande redução a partir dos três anos de idade, precisamente quando aumentam as despesas;

Em muitos países europeus, não é considerada a opinião e sugestões das famílias numerosas, sendo a política de família definida pela maioria que quer ter apenas dois filhos, um ou nenhum;

As mulheres que desejam ter três ou mais filhos são fortemente pressionadas para não os ter, nomeadamente no segredo das consultas nos serviços de saúde;



Direcção da ELFAC com o Comissário Europeu dos Assuntos Sociais Spidla

Em alguns países, os pais casados ou viúvos são fortemente penalizados a nível fiscal, comparativamente com os pais solteiros, separados ou divorciados.

6 - Pelo que acima se enumera, podem ser retiradas as seguintes conclusões:

As famílias numerosas são a única chave para o futuro demográfico da Europa, que tem o seu desempenho económico a médio e longo prazo fortemente comprometido;

Existem enormes diferenças de oportunidade para famílias numerosas entre os países da UE;

Metade dos países europeus necessita de aumentar a taxa de natalidade em 50%. No entanto, alguns não estão a levar este assunto a sério, e a taxa de natalidade continua a baixar.

As autoridades europeias necessitam de ter um discurso mais forte relativamente a estes países, em que Portugal está incluído;

Mesmo os países com taxa de natalidade mais elevada deverão melhorar o apoio às famílias numerosas, pelo menos até que a taxa de natalidade seja igual à "desejada", reconhecendo às mulheres o direito de terem os filhos que desejam;

As associações de famílias numerosas deverão ser escutadas sobre a política de família a ser adoptada, para que a minoria das mulheres que desejam ter três ou mais filhos sejam livres de os ter, sustentá-los e educar.

7 - A única solução para se vencer o Inverno demográfico consiste em apoiar as famílias a ter os filhos que desejam, principalmente as que desejam ter três ou mais. A ELFAC está pronta para ajudar as autoridades europeias nesta missão, designadamente fornecendo uma equipa de até cinco especialistas para trabalhar durante cinco anos junto do Parlamento Europeu e/ou Comissão Europeia.



Fernando Castro discursa na sessão do Intergrupo da Família e da Protecção da Criança em Estrasburgo

ALEMANHA

CAMPANHA DE INCENTIVO À PATERNIDADE

Diversos meios de comunicação, personagens populares ligadas ao mundo do desporto ou da televisão, e grandes empresas uniram-se na Alemanha para levar a cabo uma grande campanha de incentivo à paternidade, através da promoção da importância dos filhos, cujo objectivo é proporcionar uma mudança de mentalidades sobre a paternidade e lutar contra o aumento do número de abortos e quebra da natalidade. A campanha incluiu grandes anúncios na imprensa escrita, rádio e televisão, com imagens de bebés, crianças e famílias em diversos momentos quotidianos, com mensagens como "Tu não eras um luxo, não tinhas preço" ou "Tu eras importante para a Alemanha".

PS LEIRIA DEBATE NATALIDADE

A Federação Distrital de Leiria do Partido Socialista organizou, com a colaboração da APFN que foi convidada a participar, um conjunto de conferências sob o tema: "Portugal precisa de mais bebés. Como ajudar as famílias a tratar deles?".

De acordo com a organização o objectivo era "ouvir os cidadãos, acolher as suas ideias, compreender as suas dificuldades e receber as suas propostas de

forma a tornar mais fácil a vida de quem tem filhos ou de quem os pretende vir a ter". Com os contributos obtidos a organização pretende elaborar "uma Carta de Compromisso para os autarcas do PS a nível local e proporemos ao Governo as propostas e medidas que entendemos necessárias para melhorar a vida das famílias com filhos."

O debate foi sendo conduzido através de várias sessões temáticas que se realizaram em todos os concelhos do Distrito de Leiria. Através da APFN foram oradores nalgumas dessas sessões: Eduardo Vilaça (Habitação), Pedro Carneiro (Economia), Francisco Vieira de Sousa (Liberdade de Educação), Fátima Carioca (Conciliação), Rosa Freitas (Fiscalidade), Rosário Carneiro (Política de Família), Fernando Castro e Ana Cid Gonçalves, respectivamente Presidente e Secretária-Geral da APFN.

Teve lugar no passado dia 10 de Novembro de 2007, pelas seis da tarde, no Hotel Altis-Park, nas Olaias, em Lisboa, a segunda reunião plenária do "Conselho Consultivo" da Associação Portuguesa das Famílias Numerosas (APFN).

CONSELHO CONSULTIVO

2ª REUNIÃO PLENÁRIA

O Conselho é formado por personalidades de reconhecido mérito e elevada competência nas respectivas áreas profissionais, sócios ou não da APFN, e é presidido pelo sócio fundador, Dr. Francisco de Oliveira Dias. O "Conselho Consultivo" articula-se em nove "comissões técnicas", cobrindo as áreas temáticas de maior interesse para a APFN, designadamente Sociologia e Demografia, Política de Família, Orientação Familiar, Legislação e Trabalho, Economia e Fiscalidade, Saúde, Educação, Habitação e Urbanismo e Comunicação Social. O Conselho reúne de modo sectorial, por "comissões técnicas", ou em plenário, neste caso, normalmente, com periodicidade anual.

Os trabalhos começaram com palavras introdutórias proferidas pelo sócio Henrique Fonseca, que a convite da Direcção assegura a ligação das estruturas da APFN com o Conselho, que informou ter falecido no dia anterior o Dr. Arnão Metello, sócio e membro da "comissão técnica" de Habitação e Urbanismo, por cuja memória foi observado um minuto de silêncio. Em seguida o Engº Fernando Ribeiro e Castro referiu-se às actividades correntes da Associação, bem como aos projectos futuros; a Secretária-Geral Dra. Ana Cid detalhou seguidamente alguns destes projectos e a Dra. Fátima Fonseca abordou o "Gabinete de Apoio Familiar" e a parceria "CENOFA-APFN", iniciativas recentes que se afiguram muito promissoras. No período de esclarecimentos registaram-se intervenções de muito interesse e oportunidade da Dra. Virgínia Magriço, do Dr. Flávio Paiva e Dr. Amândio de Azevedo. Os trabalhos foram posteriormente encerrados pelo Dr. Oliveira Dias, que teve palavras de solidariedade e apoio para com a Direcção e de motivação e encorajamento para a execução dos projectos futuros.

Após ter formalmente terminado a sessão seguiu-se um período de troca de opiniões e de partilha de pontos de vista e um cocktail de confraternização entre os cerca de trinta participantes neste evento.

A.F.

ENCONTRO/ DEBATE

O DESAFIO DA HABITAÇÃO

Realizou-se no dia 24 de Janeiro, na Gulbenkian, em Lisboa, mais um encontro sobre Família e Habitação promovido pela Associação Portuguesa das Famílias Numerosas.

O encontro gerou um debate muito vivo e interessado por parte da assistência. Questionada sobre a viabilidade das propostas formuladas pelos juristas oradores no sentido de haver uma graduação progressiva

dos impostos – IMI e IMT – em função do número de filhos a representante do secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, Maria João Freitas, afirmou não poder comprometer-se com uma posição, mas garantiu que daria conta destas sugestões ao titular da pasta. Reconheceu, no entanto, que a fiscalidade é uma medida básica utilizada por qualquer executivo para promover, apoiar, incentivar (ou desincentivar...) determinadas orientações políticas.

O fiscalista Diogo de Leite Campos propôs que as taxas do imposto municipal sobre imóveis e do imposto sobre as transacções (antiga sisa) variem consoante a utilidade que se retira da habitação. Só desta maneira estarão a usar-se critérios tributivos justos e socialmente adequados. E se para um casal com um ou dois filhos um apartamento de 250m quadrados pode eventualmente ser considerado um luxo o mesmo espaço repartido por um casal com quatro filhos ou mais já não o será. O espaço por pessoa é muito mais reduzido. Pagar o mesmo imposto em ambas as situações é uma violação dos princípios da capacidade contributiva reafirmou ainda Leite de Campos.

Embora estejamos perante impostos municipais a jurista Sofia Galvão lembrou que as grandes molduras são sempre estabelecidas pelo Estado que legisla pelo que lhe compete, também neste campo, dar os sinais de apoio às famílias e ao desenvolvimento demográfico.

Constatou-se que já há uma política de reabilitação urbana muito direccionada para jovens e pessoas solteiras sem filhos o mesmo não acontecendo ainda em relação às famílias. Um campo a explorar pelas autarquias para fixarem população e promoverem o desenvolvimento económico uma vez que as famílias numerosas são a população com idade média mais baixa.

Manuela Martins, Jornalista e Sócia da APFN



Oradores e Público no Encontro/Debate



Do Encontro organizado pela APFN no passado dia 24 de Janeiro, do corrente ano, na Fundação Calouste Gulbenkian e denominado “O desafio da Habitação” e dos resultados apurados no Inquérito à Habitação realizado junto dos seus associados, a Associação Portuguesa das Famílias Numerosas retirou as seguintes conclusões:

SÍNTESE CONCLUSIVA DO ENCONTRO/ DEBATE

1. As famílias portuguesas, designadamente as de maior dimensão, têm crescentes dificuldades de acesso a uma habitação com condições mínimas de qualidade, adequada ao agregado familiar, localizada em áreas de acessibilidade fácil ao trabalho e aos equipamentos sociais e com custos que se enquadrem dentro dos rendimentos familiares;

2. Nas últimas décadas, a única possibilidade de acesso a uma habitação é a aquisição através do recurso ao crédito bancário, onerando os orçamentos familiares durante dezenas de anos e obrigando as famílias a pagarem mais de 2 a 3 vezes o valor de aquisição da casa; as taxas de esforço exigidas às famílias portuguesas chegam, em alguns casos, a ser superiores a 50% do rendimento disponível enquanto que, idealmente, esse valor nunca deveria ser maior que 20%;

3. Mesmo nesse contexto, é evidente a dificuldade em encontrar habitações de tipologias maiores nas áreas centrais das cidades face à crescente implementação de tipologias T0 e T1 nos novos empreendimentos habitacionais; essa política urbanística contribui para a desertificação dos centros urbanos, não permitindo a consolidação demográfica necessária à revitalização e vivificação das áreas centrais das cidades.

4. Para o apoio ao acesso à habitação, o Estado realiza através da política fiscal um conjunto de incentivos que não estão objectivamente dirigidos, nem têm em conta um quadro de elementos relevantes para que essas medidas possam atingir resultados concretos; é decisivo que a política fiscal se constitua como um instrumento de incentivo objectivo e preciso e, consequentemente, atenda e pondere variáveis como a dimensão do agregado familiar e os rendimentos das famílias.

Assim, a APFN propõe:

- Que sejam criados regulamentos municipais tornando impositivo a projecção de, pelo menos 10%, tipologias T3, T4 e T5 em empreendimentos construídos em áreas de revitalização urbana designadamente nas zonas centrais das cidades como forma de combater a desertificação progressiva dessas áreas, aproximando as famílias dos seus locais de trabalho, diminuindo os fluxos pendulares e criando condições para uma melhoria significativa da qualidade de vida e ambiental;

- Que se erradiquem, definitivamente, dos centros urbanos todas as situações de alojamento precário nomeadamente os bairros de barracas que, para além da sujeição indigna das famílias a condições de existência deploráveis, transmitem uma imagem negativa e são uma vergonha nacional num país europeu no início do século XXI;

- Que seja extinto o IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis diminuindo, deste modo, os encargos resultantes com a aquisição de habitação, facilitando a mobilidade habitacional e incentivando a adequação da habitação às alterações da família (presentemente, uma família que pretenda comprar uma casa no valor de 150.000 euros, tem de suportar encargos fixos de IMT, imposto de selo e outros de, aproximadamente, 6.000 euros);

- Que seja revisto o IMI – Imposto Municipal sobre os Imóveis com o objectivo de reflectir nas isenções já previstas ou na taxa do imposto a variável “dimensão do agregado familiar”, através da contabilização do número de m2 por pessoa, enquanto factor de ponderação e consideração em benefícios a atribuir; Que nas deduções à colecta em sede de IRS – Imposto sobre o Rendimento Singular sobre os valores pagos por empréstimos para aquisição ou por arrendamentos de habitação permanente sejam considerados a dimensão e os rendimentos per capita da família adquirente ou arrendatária tornando justa e equitativa a política fiscal de incentivo ao acesso à habitação.

Participe na Primavera APFN

Prémios Bebé e Bodas APFN

Prémio "Bebé APFN" - para o casal com o terceiro filho ou de ordem superior nascido em 2007. O prémio é no valor de 30,00 € para os 3º, 4º e 5º filhos e 60,00 € para os de ordem superior, pago sob a forma de quotas anuais.

Prémio "Bodas APFN" - para os casais que fizeram 25 ou 50 anos de casados, com três ou mais filhos, em 2007. O prémio é no valor de 30,00 € para as bodas de prata e 60,00 € para bodas de ouro, pago sob a forma de quotas anuais.

Para se candidatar tem de:

- Ser sócio da APFN
- Pagar as quotas por SDD (Serviço Débito directo) - impresso disponível em <http://www.apfn.com.pt/Inscricao/ImpressoSDD.pdf>
- Enviar fotocópia dos BI's ou cédulas dos filhos para apfn@apfn.com.pt – Prémio "Bebé APFN"
- Enviar fotocópia da certidão de casamento e BI's ou cédulas dos filhos para apfn@apfn.com.pt - Prémio "Bodas APFN"

Habilite-se ainda a um fim-de-semana em casal...

As candidaturas enviadas até 30 de Abril habilitam-se a um sorteio de um fim-de-semana em casal (para cada um dos prémios), que será sorteado no evento que iremos promover por intenção do 15 de Maio - Dia Internacional da Família.



UMA MANHÃ NA DOTYLANDIA

Na sequência do protocolo celebrado com a Dotylândia, em que os sócios passam a beneficiar de um desconto de 25%, famílias numerosas foram convidadas a passar a manhã do passado dia 24 de Janeiro neste magnífico espaço pensado para as crianças.

Foi uma manhã bem divertida, principalmente para os nossos filhos.

A Dotylândia não só permite a realização de festas de aniversários, como também recebe crianças enquanto os pais vão, por exemplo, às compras ou a outra actividade qualquer em que lhes seja mais conveniente não levar os filhos.

Para esse efeito, conta com vários equipamentos e actividades, assim como monitores e animadores, pelo que as crianças passam um tempo bem divertido, rodeadas de todas as medidas de segurança.

À direcção da Dotylândia, o nosso público agradecimento e felicitações pela sua iniciativa.

Mais informações podem ser obtidas no site <http://www.dotylandia.com/>, pelos telefones 219 420 059 ou 919 496 692 ou pelos emails luisa.silva@dotylandia.com e isidoro.moita@dotylandia.com.



Karaoke e Castelos de Bolas na Dotylândia



PRÓXIMAS NOTÍCIAS...

- Dia da Família
- Emprego e Família
- Parentalidade Positiva
- Concurso de Fotografia para Famílias Numerosas